



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

### **Proposta de Lei n.º 116/XII**

PL 479/2012

2012.11.22

#### Exposição de Motivos

A mediação é a modalidade de resolução extrajudicial de litígios através da qual as partes, com o auxílio de um mediador de conflitos, procuram voluntariamente alcançar um acordo sobre a resolução do conflito que as opõe.

Fundamental na mediação é a ideia de que o procedimento está no pleno domínio das partes, sendo elas que determinam a sua realização, o modo como se desenvolverá e o seu fim. O mediador não tem por isso poderes de autoridade, auxiliando as partes a restabelecerem a comunicação entre si e, seguidamente, a encontrarem a solução adequada ao seu litígio.

Este mecanismo caracteriza-se ainda por ser um procedimento estruturado, embora flexível, informal, privado, confidencial, de natureza não contenciosa, que pode proporcionar soluções céleres, pouco onerosas e que, por resultarem da vontade das partes, tenderão a ser respeitadas por estas, contribuindo assim para a manutenção da paz social durante mais tempo.

Em Portugal, a mediação tem sido uma clara aposta do Estado português pelo menos desde 1997, data da assinatura de Protocolo entre o Ministério da Justiça e a Ordem dos Advogados para a criação do Gabinete de Mediação Familiar. Desde então, Portugal percorreu já um longo caminho no que respeita ao desenvolvimento legal e institucional da mediação. Ainda durante o século passado, a possibilidade de recurso a este mecanismo surge prevista em legislação referente a diversas áreas – desde a organização tutelar de menores (através da Lei n.º 133/99, de 28 de agosto), passando pelos conflitos de consumo (Decreto-Lei n.º 146/99, de 4 de maio) ou de litígios envolvendo valores mobiliários (Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de novembro).



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

Em 2001, com a Lei n.º 78/2001, de 13 de julho, que estabeleceu a organização, competência e funcionamento dos julgados de paz, é dado um passo relevante para o desenvolvimento da mediação em Portugal, com a previsão da mediação como fase processual no âmbito dos julgados de paz.

A primeira década do século XXI é, ainda, marcada pela criação de três importantes sistemas públicos de mediação: o Sistema de Mediação Laboral (criado em 2006), o Sistema de Mediação Familiar (criado em 2007 e que sucedeu ao referido Gabinete de Mediação Familiar) e o Sistema de Mediação Penal (criado em 2008 em concretização do regime de mediação penal instituído pela Lei n.º 21/2007, de 12 de junho).

Finalmente, mas não menos relevante, em 2009, através da Lei n.º 29/2009, de 29 de junho, que transpôs a Diretiva n.º 2008/52/CE, do Parlamento e do Conselho, de 21 de maio de 2008, relativa a certos aspetos da mediação em matéria civil e comercial, a mediação passou a estar expressamente prevista no Código de Processo Civil, sendo possível o recurso aos sistemas de mediação antes ou durante a pendência de um processo judicial.

Com a presente proposta de lei pretende-se dar mais um passo determinante na afirmação da mediação no ordenamento jurídico português, nomeadamente através da consagração, pela primeira vez, dos princípios gerais que regem a mediação realizada em Portugal (seja ela realizada por entidades públicas ou por entidades privadas), da previsão do regime jurídico da mediação civil e comercial e do regime dos mediadores em Portugal, e estabelecendo o regime da mediação pública e dos sistemas públicos de mediação. Aproveita-se ainda para concentrar num único diploma legislação que hoje se encontra dispersa por outros normativos.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

O capítulo II elenca os princípios aplicáveis a todas as mediações que ocorram em Portugal, independentemente da entidade que realiza a mediação ou da matéria em causa na mesma. Princípios como o da voluntariedade ou da confidencialidade são fundamentais não só para o sucesso dos procedimentos de mediação mas também para a efetiva consagração da mediação enquanto modalidade de resolução de conflitos.

Estabelecem-se ainda, no âmbito do princípio da executoriedade, os requisitos necessários para que o acordo de mediação tenha, por si só, força executiva. Refira-se, quanto a esta questão, que a atribuição de força executiva nem sempre é pretendida pelas partes e que, por outro lado, são diversas as matérias em que será sempre necessária, por força de outros dispositivos legais, a homologação judicial do acordo para que este tenha força executiva. Importa ainda referir que o acordo de mediação que não reúna os requisitos necessários para que lhe seja atribuída força executiva pode sempre, em virtude de posterior homologação judicial, ver-lhe ser concedida essa qualidade.

O capítulo III diz respeito à mediação civil e comercial, estabelecendo o regime jurídico que a rege.

Neste ponto, surge com particular relevância a opção adotada no que diz respeito do critério de mediabilidade dos litígios, ou seja, de quais os litígios que podem ser objeto de mediação. Numa perspetiva de valorização do procedimento de mediação, e de maximização dos tipos de litígios que as partes podem procurar resolver entre si através da mesma, optou-se pela concretização desse critério nos mesmos termos em que foi fixado o critério de arbitrabilidade na nova Lei de Arbitragem Voluntária, aprovada pela Lei n.º 63/2011, de 14 de dezembro.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

Na secção II daquele capítulo regula-se a mediação pré-judicial, transferindo para esta lei o regime atualmente previsto nos artigos 249.<sup>o</sup>-A e seguintes do Código de Processo Civil. Esta transferência justifica-se pelo facto de se considerar que, existindo uma lei sobre mediação civil e comercial, é nesse diploma que deve ser incluído o regime da pré-mediação, e não num código que regulamenta a fase judicial posterior ao fracasso da mediação. Acresce que a inserção sistemática desta matéria no Código de Processo Civil, onde hoje se encontra na divisão relativa às citações, tem sido alvo de justas críticas.

Esta transferência é efetuada, no entanto, com uma alteração relevante: os efeitos da mediação, nomeadamente no que respeita à suspensão dos prazos de prescrição ou caducidade, já não dependerão do facto de a mediação ter sido efetuada num dos sistemas previamente aprovado pelo membro do Governo responsável pela área da justiça, podendo a mediação ocorrer em qualquer sistema público ou privado.

As regras de funcionamento do procedimento de mediação civil e comercial agora propostas - nomeadamente como se inicia, como é efetuada a escolha do mediador, quem deve ou pode estar presente, como termina o procedimento e a duração do mesmo – têm como linha orientadora o carácter flexível da mediação e o poder que é dado às partes no domínio do procedimento.

Quanto à duração do procedimento de mediação, caberá às partes, com o apoio do mediador, definir o prazo máximo de cada procedimento. Importa referir, no entanto, que caso a mediação ocorra no âmbito de um processo judicial em curso, a duração do procedimento de mediação deve ter em conta o regime de suspensão do processo judicial previsto no artigo 279.<sup>o</sup>-A do Código de Processo Civil, em especial o prazo máximo dessa suspensão.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

O capítulo IV, relativo ao estatuto dos mediadores, estabelece um conjunto de normas relativamente reduzido, que procura apenas regulamentar o mínimo necessário para o correto funcionamento da mediação, mas permitindo que sejam os mediadores, em conjunto com as partes, a fixar uma parte relevante do seu regime. É esta lógica que justifica, por exemplo, o regime do dever de revelação fixado, o qual, prevendo a obrigatoriedade do mediador revelar às partes todas as situações que possam suscitar dúvidas sobre a sua independência ou imparcialidade, permite ainda assim às partes manter o mediador nas suas funções caso considerem, não obstante os factos revelados, que os mesmos não são impeditivos do correto desempenho de funções de mediador, não ocorrendo por isso um afastamento legal e automático do mediador.

Por fim, o capítulo V regula os sistemas públicos de mediação, definindo as regras específicas e adaptando algumas das regras gerais que devem reger o regime daqueles sistemas. Cada sistema público de mediação deverá ter uma entidade gestora, responsável pelo seu funcionamento, monitorização e fiscalização da atividade dos mediadores. Por outro lado, os atos constitutivos ou regulatórios dos sistemas públicos de mediação deverão prever um conjunto de matérias, como a definição das taxas a pagar pelo recurso ao sistema, a duração máxima dos procedimentos, os requisitos dos mediadores, o modo de seleção dos mesmo ou a sua remuneração.

Em conclusão, crê-se que a existência de uma lei de mediação como a agora proposta, ao regular uma matéria na qual se identificam claras lacunas, e ao unificar num único diploma regimes que se encontram hoje dispersos, contribuirá para uma maior divulgação da mediação e conseqüentemente para uma maior utilização deste mecanismo, oferecendo aos cidadãos e às empresas uma solução que não é apenas uma “mera” alternativa ao recurso aos tribunais (e que desta forma contribui também para o descongestionamento destes) mas corresponde igualmente à consagração de um mecanismo que, em virtude das suas características, poderá e deverá ser encarado como a melhor solução para determinado tipo de litígio.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

Foram ouvidos o Conselho Superior da Magistratura, o Conselho Superior do Ministério Público, a Ordem dos Advogados, a Câmara dos Solicitadores, o Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz, a Associação Sindical dos Juizes Portugueses, Associação Portuguesa de Arbitragem, a Comissão Nacional de Proteção de Dados, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e a Comissão de Regulação de Acesso a Profissões.

Foi promovida a audição do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, do Conselho dos Oficiais de Justiça, do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, da Associação de Juizes de Paz e do Conselho Nacional do Consumo.

Assim:

Nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 197.º da Constituição, o Governo apresenta à Assembleia da República, a seguinte proposta de lei:

### CAPÍTULO I

#### Disposições gerais

#### Artigo 1.º

#### Objeto

A presente lei estabelece:

- a) Os princípios gerais aplicáveis à mediação realizada em Portugal;
- b) O regime jurídico da mediação civil e comercial;
- c) O regime jurídico dos mediadores;
- d) O regime jurídico dos sistemas públicos de mediação.

#### Artigo 2.º

#### Definições

Para efeitos do disposto na presente lei, entende-se por:



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

- a) «Mediação», a forma de resolução alternativa de litígios, realizada por entidades públicas ou privadas, através do qual duas ou mais partes em litígio procuram voluntariamente alcançar um acordo com assistência de um mediador de conflitos;
- b) «Mediador de conflitos», um terceiro, imparcial e independente, desprovido de poderes de imposição aos mediados, que os auxilia na tentativa de construção de um acordo final sobre o objeto do litígio.

### CAPÍTULO II

#### Princípios

##### Artigo 3.º

#### Princípios da mediação

Os princípios consagrados no presente capítulo são aplicáveis a todas as mediações realizadas em Portugal, independentemente da natureza do litígio que seja objeto de mediação.

##### Artigo 4.º

#### Princípio da voluntariedade

- 1 - O procedimento de mediação é voluntário, sendo necessário obter o consentimento esclarecido e informado das partes para a realização da mediação, cabendo-lhes a responsabilidade pelas decisões tomadas no decurso do procedimento.
- 2 - Durante o procedimento de mediação, as partes podem, em qualquer momento, conjunta ou unilateralmente, revogar o seu consentimento para a participação no referido procedimento.
- 3 - A recusa das partes em iniciar ou prosseguir o procedimento de mediação não consubstancia violação do dever de cooperação nos termos previstos no Código de Processo Civil.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

### Artigo 5.º

#### Princípio da confidencialidade

- 1 - O procedimento de mediação tem natureza confidencial, devendo o mediador de conflitos manter sob sigilo todas as informações de que tenha conhecimento no âmbito do procedimento de mediação, delas não podendo fazer uso em proveito próprio ou de outrem.
- 2 - As informações prestadas a título confidencial ao mediador de conflitos por uma das partes não podem ser comunicadas, sem o seu consentimento, às restantes partes envolvidas no procedimento.
- 3 - O dever de confidencialidade sobre toda a informação respeitante ao conteúdo da mediação só pode cessar por razões de ordem pública, nomeadamente para assegurar a proteção do superior interesse da criança, quando esteja em causa a proteção da integridade física ou psíquica de qualquer pessoa, ou quando tal seja necessário para efeitos de aplicação ou execução do acordo obtido por via da mediação.
- 4 - Exceto nas situações previstas no número anterior ou no que diz respeito ao acordo obtido, o conteúdo das sessões de mediação não pode ser valorado em tribunal.

### Artigo 6.º

#### Princípio da igualdade e da imparcialidade

- 1 - As partes devem ser tratadas de forma equitativa durante todo o procedimento de mediação, cabendo ao mediador de conflitos gerir o procedimento de forma a garantir o equilíbrio de poderes e a possibilidade de ambas as partes participarem no mesmo.
- 2 - O mediador de conflitos não é parte interessada no litígio, devendo agir com as partes de forma imparcial durante toda a mediação.





## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

### Artigo 7.º

#### Princípio da independência

- 1 - O mediador de conflitos tem o dever de salvaguardar a independência inerente à sua função.
- 2 - O mediador de conflitos deve pautar a sua conduta pela independência, livre de qualquer pressão, seja esta resultante dos seus próprios interesses, valores pessoais ou de influências externas.
- 3 - O mediador de conflitos é responsável pelos seus atos e não está sujeito a subordinação, técnica ou deontológica, de profissionais de outras áreas, sem prejuízo, no âmbito dos sistemas públicos de mediação, das competências das entidades gestoras desses mesmos sistemas.

### Artigo 8.º

#### Princípio da competência e da responsabilidade

- 1 - Sem prejuízo do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 3 do artigo seguinte, o mediador de conflitos, a fim de adquirir as competências adequadas ao exercício da sua atividade, pode frequentar ações de formação que lhe confirmam aptidões específicas, teóricas e práticas, nomeadamente curso de formação de mediadores de conflitos realizado por entidade formadora certificada pelo Ministério da Justiça, nos termos do artigo 24.º.
- 2 - O mediador de conflitos que viole os deveres de exercício da respetiva atividade, nomeadamente os constantes da presente lei e, no caso da mediação em sistema público, dos atos constitutivos ou regulatórios dos sistemas públicos de mediação, é civilmente responsável pelos danos causados, nos termos gerais de direito.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

### Artigo 9.º

#### Princípio da executoriedade

- 1 - Tem força executiva, sem necessidade de homologação judicial, o acordo de mediação:
  - a) Que diga respeito a litígio que possa ser objeto de mediação e para o qual a lei não exija homologação judicial;
  - b) Em que as partes tenham capacidade para a sua celebração;
  - c) Obtido por via de mediação realizada nos termos legalmente previstos;
  - d) Cujo conteúdo não viole a ordem pública; e
  - e) Em que tenha participado mediador de conflitos inscrito na lista de mediadores de conflitos organizada pelo Ministério da Justiça.
- 2 - O disposto na alínea e) do número anterior não é aplicável às mediações realizadas no âmbito de um sistema público de mediação.
- 3 - As qualificações e demais requisitos de inscrição na lista referida na alínea e) do n.º 1, incluindo dos mediadores nacionais de Estados-Membros da União Europeia ou do espaço económico europeu provenientes de outros Estados-Membros, bem como o serviço do Ministério da Justiça competente para a organização da lista e a forma de acesso e divulgação da mesma são definidos por portaria do membro do Governo responsável pela área da justiça.
- 4 - Tem igualmente força executiva o acordo de mediação obtido por via de mediação realizada noutro Estado-Membro da União Europeia que respeite o disposto nas alíneas a) e d) do n.º 1 e se o ordenamento jurídico desse Estado também lhe atribuir força executiva.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

### CAPÍTULO III

#### Mediação civil e comercial

##### Secção I

##### Disposições gerais

##### Artigo 10.º

##### Âmbito de aplicação

- 1 - O disposto no presente capítulo é aplicável à mediação de litígios em matéria civil e comercial realizada em Portugal.
- 2 - O presente capítulo não é aplicável:
  - a) Aos litígios passíveis de serem objeto de mediação familiar;
  - b) Aos litígios passíveis de serem objeto de mediação laboral;
  - c) Aos litígios passíveis de serem objeto de mediação penal;
  - d) À mediação realizada nos julgados de paz.

##### Artigo 11.º

##### Litígios objeto de mediação civil e comercial

- 1 - Podem ser objeto de mediação de litígios em matéria civil e comercial os litígios que, enquadrando-se nessas matérias, respeitem a interesses de natureza patrimonial.
- 2 - Podem ainda ser objeto de mediação os litígios em matéria civil e comercial que não envolvam interesses de natureza patrimonial, desde que as partes possam celebrar transação sobre o direito controvertido.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

### Artigo 12.º

#### Convenção de mediação

- 1 - As partes podem prever, no âmbito de um contrato, que os litígios eventuais emergentes dessa relação jurídica contratual sejam submetidos a mediação.
- 2 - A convenção referida no número anterior deve adotar a forma escrita, considerando-se esta exigência satisfeita quando a convenção conste de documento escrito assinado pelas partes, troca de cartas, telegramas, telefaxes ou outros meios de telecomunicação de que fique prova escrita, incluindo meios eletrónicos de comunicação.
- 3 - É nula a convenção de mediação celebrada em violação do disposto nos números anteriores ou no artigo anterior.
- 4 - O tribunal no qual seja proposta ação relativa a uma questão abrangida por uma convenção de mediação deve, a requerimento do réu deduzido até ao momento em que este apresentar o seu primeiro articulado sobre o fundo da causa, suspender a instância e remeter o processo para mediação.

### Secção II

#### Mediação pré-judicial

### Artigo 13.º

#### Mediação pré-judicial e suspensão de prazos

- 1 - As partes podem, previamente à apresentação de qualquer litígio em tribunal recorrer à mediação para a resolução desses litígios.
- 2 - O recurso à mediação suspende os prazos de caducidade e prescrição a partir da data em que for assinado o protocolo de mediação, ou, no caso de mediação realizada nos sistemas públicos de mediação, em que todas as partes tenham concordado com a realização da mediação.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

- 3 - Os prazos de caducidade e prescrição retomam-se com a conclusão do procedimento de mediação, nomeadamente a partir do momento em que uma das partes recuse submeter-se ou recuse continuar com o procedimento de mediação, quando se esgotar o prazo máximo de duração do procedimento de mediação, bem como quando o mediador determinar o fim do procedimento de mediação.
- 4 - Para os efeitos previstos nos números anteriores, é considerado o momento da prática do ato que inicia ou conclui o procedimento de mediação, respetivamente.
- 5 - A falta de acordo e a recusa de submissão a mediação referidas no n.º 3 são comprovadas pelo mediador ou, no caso de mediação realizada nos sistemas públicos de mediação, pela entidade gestora do sistema público onde tenha decorrida a mediação.
- 6 - Para os efeitos previstos no presente artigo, o mediador ou, no caso de mediação realizada nos sistemas públicos de mediação, as respetivas entidades gestoras, devem emitir, sempre que solicitado, comprovativo da suspensão dos prazos, do qual constam obrigatoriamente os seguintes elementos:
- a) Identificação da parte que efetuou o pedido de mediação e da contraparte;
  - b) Identificação do objeto da mediação;
  - c) Data de assinatura do protocolo de mediação ou, no caso de mediação realizada nos sistemas públicos de mediação, data em que as partes tenham concordado com a realização da mediação;
  - d) Modo de conclusão do procedimento, quando já tenha ocorrido;
  - e) Data de conclusão do procedimento, quando já tenha ocorrido.

### Artigo 14.º

#### Homologação de acordo obtido em mediação

- 1 - Nos casos em que a lei não determina a sua obrigação, as partes têm a faculdade de requerer a homologação judicial do acordo obtido em mediação pré-judicial.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

- 2 - O pedido referido no número anterior é apresentado conjuntamente pelas partes em qualquer tribunal competente em razão da matéria, preferencialmente por via eletrónica, nos termos a definir em portaria do membro do Governo responsável pela área da justiça.
- 3 - A homologação judicial do acordo obtido em mediação pré-judicial tem por finalidade verificar se o mesmo respeita a litígio que possa ser objeto de mediação, a capacidade das partes para a sua celebração, e se o seu conteúdo não viola a ordem pública.
- 4 - O pedido referido no número anterior tem natureza urgente, sendo decidido sem necessidade de prévia distribuição.
- 5 - No caso de recusa de homologação o acordo não produz efeitos e é devolvido às partes podendo estas, no prazo de 10 dias, submeter um novo acordo a homologação.

### Artigo 15.º

#### Mediação realizada noutro Estado-Membro da União Europeia

O disposto na presente secção é aplicável, com as necessárias adaptações, aos procedimentos de mediação ocorridos noutro Estado-Membro da União Europeia, desde que os mesmos respeitem os princípios e as normas do ordenamento jurídico desse Estado.

### Secção III

#### Procedimento de mediação

### Artigo 16.º

#### Início do procedimento

- 1 - O procedimento de mediação compreende um primeiro contacto para agendamento da sessão de pré-mediação, com carácter informativo, na qual o mediador de conflitos explicita o funcionamento da mediação e as regras do procedimento.
- 2 - O acordo das partes para prosseguir o procedimento de mediação manifesta-se na assinatura de um protocolo de mediação.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

3 - O protocolo de mediação é assinado pelas partes e pelo mediador e dele devem constar:

- a) A identificação das partes;
- b) A identificação e domicílio profissional do mediador, e, se for o caso, da entidade gestora do sistema de mediação;
- c) A declaração de consentimento das partes;
- d) A declaração das partes e do mediador de respeito pelo princípio da confidencialidade;
- e) A descrição sumária do litígio ou objeto;
- f) As regras do procedimento da mediação acordadas entre as partes e o mediador;
- g) A calendarização do procedimento de mediação e definição do prazo máximo de duração da mediação, ainda que passíveis de alterações futuras;
- h) A definição dos honorários do mediador, nos termos do artigo 29.º, exceto nas mediações realizadas nos sistemas públicos de mediação;
- i) A data.

### Artigo 17.º

#### Escolha do mediador de conflitos

- 1 - Compete às partes acordarem na escolha de um ou mais mediadores de conflitos.
- 2 - Antes de aceitar a sua escolha ou nomeação, o mediador de conflitos deve proceder à revelação de todas as circunstâncias que possam suscitar fundadas dúvidas sobre a sua imparcialidade e independência, nos termos previstos no artigo 27.º.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

### Artigo 18.º

Presença das partes, de advogado e de outros técnicos nas sessões de mediação

- 1 - As partes podem comparecer pessoalmente ou fazer-se representar nas sessões de mediação, podendo ser acompanhadas por advogados, advogados estagiários ou solicitadores.
- 2 - As partes podem ainda fazer-se acompanhar por outros técnicos cuja presença considerem necessária ao bom desenvolvimento do procedimento de mediação, desde que a tal não se oponha a outra parte.
- 3 - Todos os intervenientes no procedimento de mediação ficam sujeitos ao princípio da confidencialidade.

### Artigo 19.º

#### Fim do procedimento de mediação

O procedimento de mediação termina quando:

- a) Se obtenha acordo entre as partes;
- b) Se verifique desistência de qualquer das partes;
- c) O mediador de conflitos, fundamentadamente, assim o decida;
- d) Se verifique a impossibilidade de obtenção de acordo;
- e) Se atinja o prazo máximo de duração do procedimento, incluindo eventuais prorrogações do mesmo.

### Artigo 20.º

#### Acordo

O conteúdo do acordo é livremente fixado pelas partes e deve ser reduzido a escrito, sendo





## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

assinado pelas partes e pelo mediador.

### Artigo 21.º

#### Duração do procedimento de mediação

- 1 - O procedimento de mediação deve ser o mais célere possível e concentrar-se no menor número de sessões possível.
- 2 - A duração do procedimento de mediação é fixada no protocolo de mediação, podendo no entanto a mesma ser alterada durante o procedimento por acordo das partes.

### Artigo 22.º

#### Suspensão do procedimento de mediação

- 1 - O procedimento de mediação pode ser suspenso, em situações excepcionais e devidamente fundamentadas, designadamente para efeitos de experimentação de acordos provisórios.
- 2 - A suspensão do procedimento de mediação, acordada por escrito pelas partes, não prejudica a suspensão dos prazos de caducidade ou de prescrição, nos termos do n.º 2 do artigo 13.º.

## CAPÍTULO IV

### Mediador de conflitos

### Artigo 23.º

#### Estatuto dos mediadores de conflitos

- 1 - O presente capítulo estabelece o estatuto dos mediadores de conflitos que exercem a atividade em Portugal.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

- 2 - Os mediadores de conflitos que exerçam atividade em território nacional em regime de livre prestação de serviços gozam dos direitos e estão sujeitos às obrigações, proibições, condições ou limites inerentes ao exercício das funções que lhes sejam aplicáveis atenta a natureza ocasional e esporádica daquela atividade, nomeadamente os constantes dos artigos 5.º a 8.º, 16.º a 22.º e 25.º a 29.º.

### Artigo 24.º

#### Formação e entidades formadoras

- 1 - Constitui formação especificamente orientada para o exercício da profissão de mediador de conflitos a frequência e aproveitamento em cursos ministrados por entidades formadoras certificadas pelo serviço do Ministério da Justiça definido em portaria do membro do Governo responsável pela área da justiça.
- 2 - O membro do Governo responsável pela área da justiça aprova por portaria o regime de certificação das entidades referidas no número anterior.
- 3 - A certificação de entidades formadoras pelo serviço referido no n.º 1, seja expressa ou tácita, é comunicada ao serviço central competente do ministério responsável pela área da formação profissional no prazo de 10 dias.
- 4 - Devem ser comunicadas pelas entidades certificadas ao serviço do Ministério da Justiça previsto no n.º 1:
  - a) A realização de ações de formação para mediadores de conflitos, previamente à sua realização;
  - b) A lista de formandos que obtenham aproveitamento nessas ações de formação, no prazo máximo de 20 dias após a conclusão da ação de formação.
- 5 - As ações de formação ministradas a mediadores de conflitos por entidades formadoras não certificadas nos termos do presente artigo não proporcionam formação



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

regulamentada para o exercício da profissão de mediação.

6 - É definida por portaria do membro do Governo responsável pela área da justiça a autoridade competente para a aplicação da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, alterada pela Lei n.º 41/2012, de 28 de agosto, no que respeita aos pedidos de reconhecimento de qualificações apresentados noutros Estados-Membros da União Europeia ou do espaço económico europeu por nacionais de Estados-Membros formados segundo a legislação nacional.

### Artigo 25.º

#### Direitos do mediador de conflitos

O mediador de conflitos tem o direito a:

- a) Exercer com autonomia a mediação, nomeadamente no que respeita à metodologia e aos procedimentos a adotar nas sessões de mediação, no respeito pela lei e pelas normas éticas e deontológicas;
- b) Ser remunerado pelo serviço prestado;
- c) Invocar a sua qualidade de mediador de conflitos e promover a mediação, divulgando obras ou estudos, com respeito pelo dever de confidencialidade;
- d) Requisitar à entidade gestora, no âmbito dos sistemas públicos de mediação, os meios e as condições de trabalho que promovam o respeito pela ética e deontologia;
- e) Recusar tarefa ou função que considere incompatível com o seu título e com os seus direitos ou deveres.

### Artigo 26.º

#### Deveres do mediador de conflitos

O mediador de conflitos tem o dever de:



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

- a) Esclarecer as partes sobre a natureza, finalidade, princípios fundamentais e fases do procedimento de mediação, bem como sobre as regras a observar;
- b) Abster-se de impor qualquer acordo aos mediados, bem como fazer promessas ou dar garantias acerca dos resultados do procedimento, devendo adotar um comportamento responsável e de franca colaboração com as partes;
- c) Assegurar-se de que os mediados têm legitimidade e possibilidade de intervir no procedimento de mediação, obter o consentimento esclarecido dos mediados para intervir neste procedimento e, caso seja necessário, falar separadamente com cada um;
- d) Garantir o carácter confidencial das informações que vier a receber no decurso da mediação;
- e) Sugerir aos mediados a intervenção ou a consulta de técnicos especializados em determinada matéria, quando tal se revele necessário ou útil ao esclarecimento e bem-estar dos mesmos;
- f) Revelar aos intervenientes no procedimento qualquer impedimento ou relacionamento que possa pôr em causa a sua imparcialidade ou independência e não conduzir o procedimento nessas circunstâncias;
- g) Aceitar conduzir apenas procedimentos para os quais se sinta capacitado pessoal e tecnicamente, atuando de acordo com os princípios que norteiam a mediação e outras normas a que esteja sujeito;
- h) Zelar pela qualidade dos serviços prestados e pelo seu nível de formação e de qualificação;
- i) Agir com urbanidade, designadamente para com as partes, a entidade gestora dos sistemas públicos de mediação e os demais mediadores de conflitos;
- j) Não intervir em procedimentos de mediação que estejam a ser acompanhados



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

por outro mediador de conflitos a não ser a seu pedido, nos casos de co-mediação, ou em casos devidamente fundamentados;

- k) Atuar no respeito pelas normas éticas e deontológicas previstas na presente lei e no Código Europeu de Conduta para Mediadores da Comissão Europeia.

### Artigo 27.º

#### Impedimentos e escusa do mediador de conflitos

- 1 - O mediador de conflitos deve, antes de aceitar a sua escolha ou nomeação num procedimento de mediação, revelar todas as circunstâncias que possam suscitar fundadas dúvidas sobre a sua independência, imparcialidade e isenção.
- 2 - O mediador de conflitos deve ainda, durante todo o procedimento de mediação, revelar às partes, de imediato, as circunstâncias referidas no número anterior que sejam supervenientes ou de que só tenha conhecimento depois de aceitar a escolha ou nomeação.
- 3 - O mediador de conflitos que, por razões legais, éticas ou deontológicas, considere ter a sua independência, imparcialidade ou isenção comprometidas não deve aceitar a sua designação como mediador de conflitos e, se já tiver iniciado o procedimento, deve interromper o procedimento e pedir a sua escusa.
- 4 - São circunstâncias relevantes para efeito dos números anteriores, devendo, pelo menos, ser reveladas às partes, designadamente:
  - a) Uma atual ou prévia relação familiar ou pessoal com uma das partes;
  - b) Um interesse financeiro, direto ou indireto, no resultado da mediação;
  - c) Uma atual ou prévia relação profissional com uma das partes.
- 5 - O mediador de conflitos deve ainda recusar a sua escolha ou nomeação num procedimento de mediação quando considere que, em virtude do número de procedimentos de mediação à sua responsabilidade, ou devido a outras atividades



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

profissionais, não é possível concluir o procedimento em tempo útil.

- 6 - Não constitui impedimento a intervenção do mesmo mediador na sessão de pré-mediação e de mediação.
- 7 - As recusas nos termos dos números anteriores não determinam a perda ou prejuízo de quaisquer direitos do mediador de conflitos, nomeadamente no âmbito dos sistemas públicos de mediação.

### Artigo 28.º

#### Impedimentos resultantes do princípio da confidencialidade

Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 5.º, o mediador de conflitos não pode ser testemunha, perito ou mandatário em qualquer causa relacionada, ainda que indiretamente, com o objeto do procedimento de mediação.

### Artigo 29.º

#### Remuneração do mediador de conflitos

A remuneração do mediador de conflitos é acordada entre este e as partes, responsáveis pelo seu pagamento, e fixada no protocolo de mediação celebrado no início de cada procedimento.

## Capítulo V

### Sistemas públicos de mediação

#### Secção I

#### Regime dos sistemas públicos de mediação

### Artigo 30.º

#### Sistemas de mediação pública



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

Os sistemas públicos de mediação visam fornecer aos cidadãos formas céleres de resolução alternativa de litígios, através de serviços de mediação criados e geridos por entidades públicas.

### Artigo 31.º

#### Entidade gestora

- 1 - Cada sistema público de mediação é gerido por uma entidade pública, identificada no respetivo ato constitutivo ou regulatório.
- 2 - Cabe à entidade gestora manter em funcionamento e monitorizar o respetivo sistema público de mediação, preferencialmente através de plataforma informática.
- 3 - Os dados recolhidos dos procedimentos de mediação podem ser utilizados para fins de tratamento estatístico, de gestão dos sistemas de mediação e de investigação científica, nos termos da Lei de Proteção de Dados Pessoais.
- 4 - Quaisquer reclamações decorrentes da utilização de um sistema público de mediação devem ser dirigidas à respetiva entidade gestora.

### Artigo 32.º

#### Competência dos Sistemas públicos de mediação

Os sistemas públicos de mediação são competentes para mediar quaisquer litígios que se enquadrem no âmbito das suas competências em razão da matéria, tal como definidas nos respetivos atos constitutivos ou regulatórios, independentemente do local de domicílio ou residência das partes.

### Artigo 33.º

#### Taxas

As taxas devidas pelo recurso aos sistemas públicos de mediação são fixadas nos termos previstos nos respetivos atos constitutivos ou regulatórios, os quais preveem igualmente as eventuais isenções ou reduções dessas taxas.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

### Artigo 34.º

#### Início do procedimento nos sistemas públicos de mediação

O início do procedimento de mediação nos sistemas públicos de mediação pode ser solicitado pelas partes, pelo tribunal, pelo Ministério Público ou por Conservatória do Registo Civil, sem prejuízo do encaminhamento de pedidos de mediação para as entidades gestoras dos sistemas públicos de mediação por outras entidades públicas ou privadas.

### Artigo 35.º

#### Duração do procedimento de mediação nos sistemas públicos de mediação

A duração máxima de um procedimento de mediação nos sistemas públicos de mediação é fixada nos respetivos atos constitutivos ou regulatórios, aplicando-se, na falta de fixação, o disposto no artigo 21.º.

### Artigo 36.º

#### Presença das partes

Os atos constitutivos ou regulatórios dos sistemas públicos de mediação podem determinar a obrigação de as partes comparecerem pessoalmente nas sessões de mediação, não sendo possível a sua representação.

### Artigo 37.º

#### Princípio da publicidade

1 - A informação prestada ao público em geral, respeitante à mediação pública, é disponibilizada através dos sítios eletrónicos das entidades gestoras dos sistemas públicos de mediação.

2 - A informação respeitante ao funcionamento dos sistemas públicos de mediação e aos





## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

procedimentos de mediação é prestada presencialmente, através de contacto telefónico, de correio eletrónico ou do sítio eletrónico da respetiva entidade gestora do sistema.

### Secção II

#### Mediadores

#### Artigo 38.º

##### Designação de mediador de conflitos nos sistemas públicos de mediação

- 1 - As partes podem indicar o mediador de conflitos que pretendam, de entre os mediadores inscritos nas listas de cada sistema público de mediação.
- 2 - Quando não seja indicado mediador de conflitos pelas partes, a designação é realizada de modo sequencial, de acordo com a ordem resultante da lista em que se encontra inscrito, preferencialmente por meio de sistema informático.

#### Artigo 39.º

##### Pessoas habilitadas ao exercício das funções de mediador de conflitos

Os requisitos necessários para o exercício das funções de mediador de conflitos em cada um dos sistemas públicos de mediação são definidos nos respetivos atos constitutivos ou regulatórios.

#### Artigo 40.º

##### Inscrição

- 1 - A inscrição dos mediadores de conflitos nas listas de cada um dos sistemas públicos de mediação é efetuada através de procedimento de seleção nos termos definidos nos atos constitutivos ou regulatórios de cada sistema.
- 2 - Os atos constitutivos ou regulatórios de cada sistema público de mediação estabelecem ainda o regime de inscrição de mediadores nacionais de Estados-Membros da União Europeia ou do espaço económico europeu provenientes de outros Estados-Membros.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

3 - A inscrição do mediador de conflitos em listas dos sistemas públicos de mediação não configura uma relação jurídica de emprego público, nem garante o pagamento de qualquer remuneração fixa por parte do Estado.

### Artigo 41.º

#### Impedimentos e escusa do mediador de conflitos nos sistemas públicos de mediação

Sempre que se encontre numa das situações previstas no artigo 27.º, o mediador de conflitos deve comunicar imediatamente esse facto também à entidade gestora do sistema público de mediação, a qual, nos casos em que seja necessário, procede, ouvidas as partes, à nomeação de novo mediador de conflitos.

### Artigo 42.º

#### Remuneração do mediador de conflitos nos sistemas públicos de mediação

A remuneração do mediador de conflitos no âmbito dos sistemas públicos de mediação é estabelecida nos termos previstos nos atos constitutivos ou regulatórios de cada sistema.

### Secção III

#### Fiscalização

### Artigo 43.º

#### Fiscalização do exercício da atividade de mediação

1 - Compete às entidades gestoras dos sistemas públicos de mediação, na sequência de queixa ou reclamação apresentada contra os mediadores de conflitos no âmbito do exercício da atividade de mediação, ou por iniciativa própria, no exercício de supervisão contínua sobre os respetivos sistemas públicos de mediação, fiscalizar a sua atividade.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

2 - Realizada a fiscalização, e ouvido o mediador de conflitos, o dirigente máximo da entidade gestora emite a sua decisão, fundamentando as razões de facto e de direito, bem como indicando a medida a aplicar ao mediador de conflitos, se for o caso, conforme a gravidade do ato em causa.

### Artigo 44.º

#### Efeitos das irregularidades

1 - O dirigente máximo da entidade gestora do sistema público de mediação pode aplicar as seguintes medidas, em função da gravidade da atuação do mediador de conflitos:

- a) Repreensão;
- b) Suspensão das listas; ou
- c) Exclusão das listas.

2 - Nos casos em que o mediador viole o dever de confidencialidade em termos que se subsumam ao disposto no artigo 195.º do Código Penal, a entidade gestora do sistema público de mediação participa a infração às entidades competentes.

### Capítulo VI

#### Disposições complementares e finais

### Artigo 45.º

Homologação de acordo de mediação celebrado na pendência de processo judicial

O acordo de mediação celebrado em processo remetido para mediação nos termos do artigo 279.º-A do Código de Processo Civil é homologado nos termos previstos no artigo 14.º.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

### Artigo 46.º

#### Mediação de conflitos coletivos de trabalho.

O disposto na presente lei aplica-se à mediação de conflitos coletivos de trabalho apenas na medida em que não seja incompatível com o disposto nos artigos 526.º a 528.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.

### Artigo 47.º

#### Direito subsidiário

Em tudo aquilo que não for regulado pela presente lei, aplicam-se aos sistemas públicos de mediação o disposto nos respetivos atos constitutivos ou regulatórios.

### Artigo 48.º

#### Norma revogatória

São revogados:

- a) Os artigos 249.º-A a 249.º-C do Código de Processo Civil;
- b) O n.º 6 do artigo 10.º da Lei n.º 21/2007, de 12 de junho;
- c) O artigo 85.º da Lei n.º 29/2009, de 29 de junho, alterada pelas Leis n.ºs 1/2010, de 15 de janeiro, e 44/2010, de 3 de setembro;
- d) A alínea c) do n.º 3 do artigo 4.º da Portaria n.º 68-C/2008, de 22 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 732/2009, de 8 de julho;
- e) A Portaria n.º 203/2011, de 20 de maio.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

Artigo 49.º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor 30 dias após a sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 22 de novembro de 2012

O Primeiro-Ministro

O Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares